

**Aviso n.º 6526/2015**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, LTFP, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum aberto por aviso n.º 15783/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 252, de 30 de dezembro de 2013, foi celebrado no dia 1 de agosto de 2014, contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o Agente de nomeação definitiva do mapa de pessoal da Polícia de Segurança Pública, Engenheiro Pedro Alexandre Xavier Amarante, para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira de técnico superior previsto no mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça, com a remuneração de € 1.201,48, correspondente à 2.ª posição remuneratória, 15.º nível remuneratório.

Com a celebração do contrato inicia-se o período experimental com a duração de 240 dias, nos termos previstos na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 49.º da LTFP.

3 de junho de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
208704733

**Aviso n.º 6527/2015**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), conjugado com o n.º 1 do artigo 45.º e o artigo 46.º da LTFP, torna-se público que por meu despacho, de 23 de abril de 2015, foi homologada, após conclusão com sucesso, a avaliação final do período experimental da Licenciada Elisabete Maria Guedes Alves, na carreira e categoria de técnica superior, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Direção-Geral da Administração da Justiça, para ocupação de posto de trabalho no respetivo mapa de pessoal, sendo a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória e 15.º nível da tabela remuneratória única.

3 de junho de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
208704506

**Aviso n.º 6528/2015**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), conjugado com o n.º 1 do artigo 45.º e no artigo 46.º da LTFP, torna-se público que por meu despacho, de 9 de abril de 2015, foi homologada, após conclusão com sucesso, a avaliação final do período experimental da Licenciada Leonor Isabel Robalo Júdice da Costa, na carreira e categoria de técnica superior, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Direção-Geral da Administração da Justiça, para ocupação de posto de trabalho no respetivo mapa de pessoal, sendo a remuneração de € 1.922,37, correspondente ao intervalo entre a 5.ª e 6.ª posição remuneratória, e entre o 27.º e 31.º nível da tabela remuneratória única.

3 de junho de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
208703834

**Aviso n.º 6529/2015**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), conjugado com o n.º 1 do artigo 45.º e o artigo 46.º da LTFP, torna-se público que por meu despacho, de 23 de abril de 2015, foi homologada, após conclusão com sucesso, a avaliação final do período experimental do Engenheiro Nuno Miguel Patrocínio de Sousa, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Direção-Geral da Administração da Justiça, para ocupação de posto de trabalho no respetivo mapa de pessoal, sendo a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória e 15.º nível da tabela remuneratória única.

3 de junho de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
208704822

**Aviso n.º 6530/2015**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), conjugado com o n.º 1 do artigo 45.º e no artigo 46.º da LTFP, torna-se público que por meu despacho, de 23 de abril de 2015, foi homologada, após conclusão com sucesso, a avaliação final do

período experimental da Licenciada Maria João Vieira Bronze Pena Vaz, na carreira e categoria de técnica superior, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Direção-Geral da Administração da Justiça, para ocupação de posto de trabalho no respetivo mapa de pessoal, sendo a remuneração de € 1.750,73, correspondente ao intervalo entre a 4.ª e 5.ª posição remuneratória, e entre o 23.º e 27.º nível da tabela remuneratória única.

3 de junho de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
208704344

**Aviso n.º 6531/2015**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), conjugado com o n.º 1 do artigo 45.º e o artigo 46.º da LTFP, torna-se público que por meu despacho, de 3 de junho de 2015, foi homologada, após conclusão com sucesso, a avaliação final do período experimental da Arquitecta Teresa Cristina Esteves Vargas da Conceição, na carreira e categoria de técnico superior, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a Direção-Geral da Administração da Justiça, para ocupação de posto de trabalho no respetivo mapa de pessoal, sendo a remuneração correspondente à 4.ª posição remuneratória e 23.º nível da tabela remuneratória única.

5 de junho de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
208708046

**Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.****Despacho n.º 6627/2015**

Torna-se público que, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, e por despacho de S. Ex.ª a Ministra da Justiça, de 23 de julho de 2014:

Licenciadas Cristina Maria Gomes Cordeiro, Susana Pereira da Silva Tavares, Luísa Maria Osório Duarte Eiras e Maria Fernanda Coutinho Rodrigues — designadas, pelo período de 3 anos, renovável por iguais períodos, como Coordenadoras das Unidades Funcionais, respetivamente, de Patologia Forense da Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências, I. P., de Clínica Forense da Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências, I. P., de Patologia Forense da Delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências, I. P. e de Clínica Forense da Delegação do Norte do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências, I. P.

O presente despacho produz efeitos a 1 de abril de 2014.

(Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas)

2 de junho de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

208708249

**Despacho n.º 6628/2015**

Nos termos do n.º 9 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro e por despacho do Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.) de 22 de julho de 2014:

Mestre João Miguel Gouveia Franco — designado para o cargo de Diretor do Serviço de Química e Toxicologia Forenses do INMLCF, I. P., em comissão de serviço, pelo período de três anos, após procedimento concursal, em concordância com a proposta apresentada pelo júri do respetivo procedimento, por reunir os requisitos legais necessários e se considerar ser possuidor do perfil pretendido para o exercício do cargo posto a concurso, conforme decorre do respetivo currículo académico e profissional.

De acordo com o disposto no n.º 10 do citado artigo 21.º é fixada a data de 22 de julho de 2014 para produção de efeitos da presente designação.

O dirigente ora designado pode optar pelo vencimento de origem, em conformidade com o disposto no n.º 7 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho e no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

(Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

2 de junho de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

**Síntese Curricular**

## Dados pessoais:

Nome: João Miguel Gouveia Franco.  
 Nacionalidade: Portuguesa.  
 Data de nascimento: 25 de dezembro de 1965.

## Habilitações académicas:

Licenciado em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa e mestre em Medicina Legal e Ciências Forenses pela Faculdade de Medicina da mesma Universidade.

## Experiência profissional:

Exerceu, a partir de 1992 e no Serviço de Toxicologia Forense (STF) do então Instituto de Medicina Legal de Lisboa, as funções de especialista superior de medicina legal. A partir de 2002 passou a desempenhar, no STF da delegação do Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML), os cargos de Responsável Técnico e da Qualidade. Neste âmbito desenvolveu um sistema de gestão da qualidade (SGQ) cuja implementação viria a permitir, no final de 2006, a acreditação do STF pelo Instituto Português de Acreditação de acordo com o referencial da norma NP EN ISO/IEC 17025 (Requisitos gerais de competência para laboratórios de ensaio e calibração). Mais tarde colaborou ativamente na implementação de SGQ noutros serviços técnicos da instituição, o que viria a permitir a acreditação de outros laboratórios de toxicologia forense e também de genética e biologia forenses.

No período compreendido entre 2009 e 2012 exerceu as funções de diretor do STF da delegação do Centro do INML, após o qual regressou a Lisboa para exercer o cargo de coordenador da garantia da qualidade do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF). Desde 1 de março de 2014 exerce, em regime de substituição, as funções de diretor do Serviço de Química e Toxicologia Forenses do INMLCF.

Ao longo da sua carreira exerceu ainda funções no Laboratório de Análises de Dopagem (1989-1997) e no Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (2000-2003). Atualmente desempenha também funções como *Technical Assessor* da *World Anti-Doping Agency* (desde 2005) e como Avaliador Técnico do Instituto Português de Acreditação (IPAC) (desde 2002), tendo participado em avaliações a laboratórios nacionais e estrangeiros. No âmbito da sua colaboração com o IPAC é membro da Comissão Técnica de Acreditação de Laboratórios, tendo participado na elaboração/revisão de guias técnicos publicados por aquela instituição. Ainda no âmbito da implementação de sistemas de gestão da qualidade em laboratórios forenses participou num projeto *Twinning* celebrado entre a União Europeia e a República da Turquia (*TR 08 IB JH 01: Improving the skills of forensic experts*), no âmbito do qual realizou diversas auditorias internas a laboratórios forenses Turcos de acordo com o referencial da ISO/IEC 17025 (2012-2013).

É autor ou coautor de cerca de cem publicações/comunicações científicas.  
208707974

**Despacho n.º 6629/2015**

Torna-se público que, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, e por despacho de S. Ex.ª a Ministra da Justiça, foram designados, com efeitos a 1 de outubro de 2014, Coordenadores dos Gabinetes Médico-Legais e Forenses, previstos no anexo à Portaria n.º 19/2013, de 21 de janeiro, os médicos a seguir indicados:

Gabinetes Médico-Legais e Forenses dependentes da Delegação do Norte:

Gabinete Médico-Legal e Forense do Cávado — Patrícia José Anas-tácio Jardim

Gabinete Médico-Legal e Forense de Alto Trás-os-Montes — José Fernando Bessa de Sousa Oliveira

Gabinete Médico-Legal e Forense do Ave — Katerina Puentes  
 Gabinete Médico-Legal e Forense do Tâmega — Teresa Marta Chaves de Paiva Dolores Costa Ribeiro

Gabinete Médico-Legal e Forense de Entre Douro e Vouga — Francisco José Monteiro Paiva Taveira

Gabinete Médico-Legal e Forense do Minho-Lima — Maria Cristina Alves da Silveira Ribeiro

Gabinete Médico-Legal e Forense do Douro — Sofia Manuela Lalandia Maia Frazão

Gabinetes Médico-Legais e Forenses dependentes da Delegação do Centro:

Gabinete Médico-Legal e Forense do Baixo Vouga — Cláudia Maria Batanete Frade Marques

Gabinete Médico-Legal e Forense dos Açores Ocidental — Óscar Alberto Almeida Monteiro dos Reis

Gabinete Médico-Legal e Forense da Beira Interior Sul — Carla Michelle Marques Carreira

Gabinete Médico-Legal e Forense da Madeira — João Bruno Freitas Nóbrega

Gabinete Médico-Legal e Forense da Beira Interior Norte — Maria Beatriz Proença Simões da Silva

Gabinete Médico-Legal e Forense do Pinhal Litoral — Ana Sofia da Costa Coelho

Gabinete Médico-Legal e Forense do Médio Tejo — César Cunha Lares dos Santos

Gabinete Médico-Legal e Forense de Dão-Lafões — Maria Beatriz Proença Simões da Silva

Gabinete Médico-Legal e Forense dos Açores Oriental — Vítor Manuel Dias Carneiro

Gabinetes Médico-Legais e Forenses dependentes da Delegação do Sul:

Gabinete Médico-Legal e Forense Península de Setúbal — João Luís Ferreira dos Santos

Gabinete Médico-Legal e Forense do Baixo Alentejo — Rita Isabel da Silva Melo

Gabinete Médico-Legal e Forense do Alentejo Central — Cátia Patrícia Teixeira Costa Viana

Gabinete Médico-Legal e Forense do Sotavento Algarvio — Maria da Conceição Folgôa Silva Roubaco

Gabinete Médico-Legal e Forense do Barlavento Algarvio — Ana Paula Mira Pena Campos e Sousa

Gabinete Médico-Legal e Forense do Alentejo Litoral — Clarice Capinan Mestre

Gabinete Médico-Legal e Forense do Alto Alentejo — Gonçalo Nuno Coimbra Castanheira

Gabinete Médico-Legal e Forense do Oeste — Frederico Manuel Capitão Pedrosa

Gabinete Médico-Legal e Forense da Grande Lisboa Norte — Silvino de Jesus Carvalho

(Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

2 de junho de 2015. — A Diretora do Departamento de Administração Geral, *Isabel Santos*.

208708143

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**

Instituto do Turismo de Portugal, I. P.

Despacho n.º 6630/2015

**Subdelegação de Competências na Diretora da Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo, Cristina Maria Félix de Almeida Lima**

1 — Torna-se público que no exercício da competência subdelegada, na Diretora da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto, Arq. Dora Gonzalez Araújo, pela Diretora Coordenadora da Direção de Qualificação Formativa e Certificação Dra. Rosa Alexandra de Jesus Pereira, através do Despacho N.º INT/2014/2385 e do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelegou na Dra. Cristina Maria Félix de Almeida Lima, Diretora da Escola de Hotelaria e Turismo de Viana do Castelo, os seguintes poderes:

a) Autorizar despesas com aquisição de bens para assegurar o normal funcionamento das estruturas escolares até ao limite de € 1.500,00, bem como praticar todos os atos subsequentes à autorização de despesa, nomeadamente a autorização de pagamento, observados os necessários procedimentos legais.

b) Promover a instrução dos processos de aquisição de bens e serviços, que devam ser submetidos a autorização superior, designadamente a aquisição de serviços de formadores externos ou de outros prestadores de serviço, traduzindo o ato de submissão a despacho na assunção formal de responsabilidade pelo cumprimento de todos os preceitos legais aplicáveis e pela observância da estrita legalidade procedimental;

c) Celebrar contratos com os formandos das estruturas escolares;

d) Celebrar em representação do Turismo de Portugal os acordos individuais de estágio entre os formandos e as empresas onde os mesmos vão realizar o estágio;